

Educação inclusiva na perspectiva da humanização do ensino: contribuições pedagógicas para o desenvolvimento integral dos estudantes da Escola Municipal Rackel Gonsalves dos Santos

Inclusive education from the perspective of humanizing teaching: pedagogical contributions to the integral development of students at Escola Municipal Rackel Gonsalves dos Santos

José Marivaldo da Silva

RESUMO

A educação inclusiva é um importante instrumento de promoção da equidade e do direito à aprendizagem de todos os estudantes. Nesse contexto, a humanização do ensino torna-se essencial para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais acolhedoras e inclusivas. Este artigo tem como objetivo analisar as contribuições das práticas pedagógicas humanizadas para o desenvolvimento integral dos estudantes no contexto da educação inclusiva em uma escola municipal. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e bibliográfico, fundamentada em autores da área da educação inclusiva e em documentos legais. Os resultados indicam que práticas pedagógicas baseadas no acolhimento, na afetividade e no respeito às diferenças favorecem o desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos estudantes. Conclui-se que a efetivação da educação inclusiva depende do compromisso da escola e dos educadores em garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e a aprendizagem significativa de todos os alunos.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Humanização do ensino; Práticas pedagógicas.

ABSTRACT

Inclusive education is an essential instrument for promoting equity and ensuring the right to learning for all students. In this context, the humanization of teaching is fundamental for the development of more welcoming and inclusive pedagogical practices. This article aims to analyze the contributions of humanized pedagogical practices to the integral development of students within the context of inclusive education in a municipal school. This is a qualitative, descriptive, and bibliographic study based on authors in the field of inclusive education and legal documents. The results indicate that pedagogical practices grounded in care, affectivity, and respect for differences enhance students' cognitive, emotional, and social development. It is concluded that the effectiveness of inclusive education depends on the commitment of schools and educators to ensure not only access but also permanence and meaningful learning

for all students.

Keywords: Inclusive education; Humanized teaching; Pedagogical practices.

1. Introdução

A educação inclusiva tem se consolidado, ao longo dos anos, como um dos principais pilares para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária. Nesse contexto, a escola assume um papel fundamental na garantia do direito à aprendizagem de todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, cognitivas, sociais ou emocionais. Mais do que assegurar o acesso ao ambiente escolar, a inclusão busca promover a permanência, a participação e o desenvolvimento integral dos educandos, valorizando suas singularidades e potencialidades no processo de ensino-aprendizagem.

Nessa perspectiva, a humanização do ensino torna-se indispensável para o fortalecimento das práticas inclusivas. Humanizar a educação significa compreender o estudante em sua totalidade, respeitando suas diferenças, limitações, vivências e formas de aprender. Assim, práticas pedagógicas pautadas no acolhimento, na afetividade, na empatia e no respeito à diversidade contribuem significativamente para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos alunos, tornando o ambiente escolar mais acessível, participativo e democrático.

Embora dos avanços das políticas públicas voltadas à inclusão, demanda de inúmeros desafios enfrentados pelas instituições de ensino na efetivação de uma educação verdadeiramente inclusiva. Dentre eles, destacam-se a ausência de recursos pedagógicos adequados, a insuficiência na formação continuada dos professores, as limitações estruturais das escolas e as barreiras atitudinais que dificultam a participação plena dos estudantes com necessidades educacionais específicas.

Diante disso, surge o seguinte problema de pesquisa: De que maneira as práticas pedagógicas humanizadas podem contribuir para o desenvolvimento integral dos estudantes no contexto da educação inclusiva da Escola Municipal Rackel Gonsalves dos Santos?

O presente artigo tem como objetivo geral analisar as contribuições das práticas pedagógicas humanizadas para o desenvolvimento integral dos estudantes no contexto da educação inclusiva. Como objetivos específicos, busca-se compreender os fundamentos da educação inclusiva e da humanização do ensino; identificar os desafios enfrentados pela escola no processo de inclusão; e refletir sobre o papel das práticas pedagógicas no fortalecimento da aprendizagem, da socialização e da autonomia dos estudantes.

A relevância desta pesquisa justifica-se pela necessidade de discutir a importância de uma educação baseada no respeito às diferenças e na valorização da diversidade humana, considerando a escola como espaço de acolhimento, equidade e transformação social. Além disso, compreender as contribuições das práticas pedagógicas humanizadas permite ampliar reflexões sobre estratégias educacionais que favoreçam não apenas o desempenho acadêmico, mas também a formação humana e cidadã dos estudantes.

Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter descritivo, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica, fundamentada em autores que discutem a educação inclusiva, a humanização do ensino e as práticas pedagógicas no contexto escolar, além de legislações e documentos oficiais.

Dessa forma, espera-se que este estudo contribua para ampliar as discussões acerca da educação inclusiva humanizada, evidenciando o papel da escola e dos educadores na construção de práticas pedagógicas que promovam o desenvolvimento integral, a valorização das diferenças e a efetivação do direito à educação para todos.

Referencial Teórico

2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS

A educação inclusiva constitui-se como um importante instrumento de garantia do direito à educação, fundamentando-se nos princípios da igualdade, da equidade e do respeito à diversidade humana. Ao longo dos anos, as discussões sobre inclusão escolar passaram por significativas transformações, refletindo mudanças sociais, políticas e educacionais voltadas à valorização das diferenças e à construção de uma escola mais democrática e acessível. Nesse sentido, compreender seus fundamentos históricos e conceituais é essencial para a reflexão sobre as práticas pedagógicas e os desafios presentes no ambiente escolar.

2.1 Conceito de Educação Inclusiva

A educação inclusiva pode ser compreendida como um processo educacional que busca garantir o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem de todos os estudantes no ensino regular, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, culturais ou emocionais. Essa perspectiva rompe com práticas excludentes historicamente presentes na educação e defende uma escola capaz de acolher e respeitar as diferenças humanas.

Segundo Mantoan (2003), a inclusão escolar implica transformar a escola em um espaço aberto à diversidade, no qual todos os estudantes tenham oportunidades iguais de aprendizagem e desenvolvimento. Assim sendo, a inclusão não se restringe ao acesso à escola, mas envolve a construção de estratégias pedagógicas que atendam às necessidades específicas de cada educando.

Os princípios da educação inclusiva fundamentam-se no respeito à dignidade humana, na valorização das diferenças, na participação coletiva e na promoção da igualdade de oportunidades. Nesse contexto, é importante distinguir igualdade e equidade: enquanto a igualdade refere-se ao direito de todos ao acesso à educação, a equidade diz respeito à oferta de condições e recursos adequados às necessidades individuais, garantindo aprendizagem significativa.

Assim, a educação inclusiva busca promover não apenas o desenvolvimento acadêmico, mas também o desenvolvimento social, emocional e humano dos estudantes, fortalecendo valores como respeito, solidariedade, empatia e convivência com a diversidade.

2.2 Evolução Histórica da Educação Inclusiva no Brasil

A trajetória da educação inclusiva no Brasil foi marcada por diferentes fases históricas: exclusão, segregação, integração e inclusão. Durante muito tempo, pessoas com deficiência foram marginalizadas socialmente e excluídas dos espaços educacionais, sendo vistas como incapazes de participar plenamente da vida em sociedade.

No período da exclusão, esses indivíduos eram afastados do convívio social e não tinham acesso à educação formal. Posteriormente, surgiu o modelo de segregação, no qual passaram a frequentar instituições especializadas, separadas do ensino regular. Embora tenha representado um avanço em relação à exclusão total, esse modelo ainda reforçava a separação entre estudantes considerados “normais” e aqueles com necessidades específicas.

Com as discussões internacionais sobre direitos humanos e igualdade social, iniciou-se o processo de integração escolar. Nesse modelo, os estudantes com deficiência passaram a ser inseridos nas escolas regulares, porém deveriam se adaptar ao sistema educacional existente, sem que a escola realizasse mudanças significativas em suas práticas pedagógicas.

Posteriormente, com o avanço das políticas educacionais inclusivas, consolidou-se a perspectiva da inclusão escolar, que propõe a transformação da escola para atender todos os estudantes de forma igualitária e acolhedora. Essa abordagem defende uma educação baseada na valorização das diferenças e na eliminação das barreiras que dificultam a aprendizagem e a

participação dos educandos.

No Brasil, esse movimento ganhou força a partir da década de 1990, influenciado por documentos internacionais como a Declaração de Salamanca (1994), que reforçou o direito das pessoas com deficiência à educação em escolas regulares inclusivas.

2.3 Legislação e Políticas Públicas

A educação inclusiva no Brasil é assegurada por um conjunto de legislações e políticas públicas que garantem o direito à educação para todos os cidadãos. A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 205, que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) reforça esse princípio ao determinar que os sistemas de ensino devem assegurar atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Outro marco importante é a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que orienta a inclusão de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, promovendo acessibilidade, formação docente e Atendimento Educacional Especializado.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) fortalece os direitos desse público, garantindo igualdade de oportunidades, acessibilidade e participação em diferentes espaços sociais, incluindo a educação.

Além disso, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) destaca a importância da educação inclusiva ao propor uma formação integral baseada no respeito à diversidade, na valorização das diferenças e no desenvolvimento de competências socioemocionais essenciais à convivência democrática.

Recentemente, o Decreto nº 12.686/2025 instituiu a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva, reforçando o direito de estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação à educação em escolas regulares inclusivas. O decreto estabelece princípios como igualdade de oportunidades, acessibilidade, combate à discriminação, formação continuada de profissionais da educação, oferta de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e uso de tecnologias assistivas para garantir participação, permanência e aprendizagem.

Para tanto, as legislações e políticas públicas representam avanços importantes na construção

de uma educação mais inclusiva e humanizada. No entanto, ainda persistem desafios para sua efetivação no cotidiano escolar, exigindo investimentos contínuos em formação docente, recursos pedagógicos e práticas educativas que garantam o desenvolvimento integral de todos os estudantes.

3. A HUMANIZAÇÃO DO ENSINO NO CONTEXTO EDUCACIONAL

A humanização do ensino tem se tornado uma temática cada vez mais relevante nas discussões educacionais contemporâneas, especialmente no contexto da educação inclusiva. Em uma sociedade marcada por desigualdades e diversidades, a escola precisa assumir um papel que vá além da simples transmissão de conhecimentos, tornando-se um espaço de acolhimento, respeito, diálogo e desenvolvimento humano. Nesse sentido, humanizar a educação significa reconhecer os estudantes em suas singularidades, compreendendo suas necessidades, emoções, potencialidades e diferentes formas de aprendizagem.

A prática pedagógica humanizada contribui para a construção de relações mais saudáveis no ambiente escolar, fortalecendo o sentimento de pertencimento, a valorização das diferenças e a promoção de uma educação voltada à formação integral dos estudantes. Dessa forma, a humanização do ensino relaciona-se diretamente à construção de uma escola inclusiva, democrática e comprometida com o desenvolvimento social, emocional e cognitivo dos educandos.

3.1 O Conceito de Humanização na Educação

A humanização na educação pode ser compreendida como um processo que valoriza o ser humano em sua integralidade, promovendo práticas educativas pautadas no respeito, na empatia, no diálogo e na valorização das diferenças. Mais do que transmitir conteúdos, a escola humanizada busca estabelecer relações pedagógicas que considerem os aspectos emocionais, sociais e culturais dos estudantes.

Nesse cenário, o acolhimento torna-se um elemento essencial para a construção de um ambiente escolar inclusivo e democrático. Acolher significa criar condições para que todos os estudantes se sintam respeitados, seguros e pertencentes ao espaço escolar, independentemente de suas limitações ou dificuldades. Quando a escola promove o acolhimento, favorece não apenas a aprendizagem, mas também o fortalecimento da autoestima, da autonomia e das relações interpessoais.

Outro ponto relevante da humanização do ensino é o respeito às diferenças. Cada estudante possui características, experiências e ritmos próprios de aprendizagem, o que exige práticas pedagógicas flexíveis e inclusivas. Sob esse ponto de vista, valorizar a individualidade significa reconhecer que todos os alunos são capazes de aprender, desde que tenham acesso a oportunidades, recursos e estratégias adequadas às suas necessidades.

Freire (1996) destaca que ensinar exige respeito aos saberes dos educandos e a compreensão de que a educação se constroi por meio do diálogo, da escuta e da valorização das experiências humanas. Assim, a humanização do ensino contribui para a formação de sujeitos críticos, participativos e conscientes de seu papel na sociedade.

3.2 Afetividade e Aprendizagem

A afetividade desempenha um papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem, especialmente no contexto da educação inclusiva. As relações afetivas estabelecidas no ambiente escolar influenciam diretamente o desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos estudantes, tornando a aprendizagem mais significativa.

A relação entre professor e aluno constitui um dos principais elementos para o fortalecimento desse processo. Quando o educador adota uma postura acolhedora, respeitosa e empática, cria-se um ambiente de confiança que favorece a participação, o interesse e a segurança emocional dos estudantes. Nesse cenário, o professor deixa de ser apenas transmissor de conhecimentos e passa a atuar como mediador da aprendizagem.

A empatia também se destaca como um componente essencial da prática pedagógica humanizada. Ser empático significa compreender as dificuldades, necessidades e sentimentos dos estudantes, reconhecendo suas limitações sem ignorar suas potencialidades. No contexto inclusivo, essa postura é fundamental para combater preconceitos, promover a igualdade de oportunidades e fortalecer o respeito à diversidade.

Por outro lado, o vínculo pedagógico entre educador e educando contribui significativamente para o desenvolvimento integral dos estudantes. Segundo Wallon (2007), a afetividade está diretamente relacionada ao desenvolvimento humano, influenciando a construção da personalidade, das emoções e da aprendizagem. Assim, um ambiente escolar baseado no diálogo, na confiança e no respeito favorece relações mais humanas e inclusivas.

3.3 A Escola como Espaço de Inclusão e Desenvolvimento Humano

A escola desempenha um papel essencial na formação humana e social dos indivíduos, sendo um espaço privilegiado para a construção de valores, convivência coletiva e exercício da cidadania. Nesse sentido, a educação inclusiva e humanizada contribui para transformar a escola em um ambiente de respeito às diferenças e promoção da igualdade. A convivência escolar possibilita que os estudantes aprendam a lidar com a diversidade humana, desenvolvendo atitudes de solidariedade, cooperação e respeito mútuo. Quando a escola adota práticas inclusivas, contribui para a construção de uma cultura de paz, combatendo atitudes discriminatórias e fortalecendo relações sociais mais justas.

O respeito à diversidade constitui um dos princípios fundamentais da educação humanizada. Reconhecer e valorizar as diferenças culturais, sociais, físicas e cognitivas dos estudantes significa compreender que a diversidade enriquece o processo educativo e contribui para a formação de cidadãos mais conscientes e sensíveis às necessidades do outro.

Nessa perspectiva, a escola inclusiva desempenha um papel importante na formação cidadã dos estudantes. Por meio de práticas pedagógicas voltadas ao diálogo, à participação e à valorização da dignidade humana, os educandos desenvolvem competências sociais e emocionais fundamentais para a vida em sociedade. Dessa forma, a educação humanizada contribui não apenas para o desempenho acadêmico, mas também para a formação de sujeitos autônomos, críticos e comprometidos com a transformação social.

Logo, compreender a humanização do ensino no contexto educacional significa entender a educação como um processo de formação integral, no qual o acolhimento, a afetividade, o respeito às diferenças e a valorização da diversidade são elementos essenciais para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva e democrática.

4. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS E CONTRIBUIÇÕES PARA A APRENDIZAGEM

As práticas pedagógicas inclusivas são fundamentais para a efetivação de uma educação democrática, acolhedora e comprometida com o desenvolvimento integral dos estudantes. Nesse contexto, a escola precisa desenvolver estratégias que atendam às diferentes necessidades de aprendizagem, respeitando as singularidades, potencialidades e limitações de cada educando. Assim, a prática pedagógica deve se basear nos princípios de equidade, participação, acessibilidade e valorização da diversidade humana.

A construção de um ambiente escolar inclusivo exige o comprometimento dos profissionais da educação na elaboração de metodologias que favoreçam a participação de todos os

estudantes no processo de ensino-aprendizagem. Para isso, destacam-se a mediação docente, as estratégias pedagógicas diferenciadas e o Atendimento Educacional Especializado (AEE), promovem uma aprendizagem significativa e o desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos alunos.

4.1 Estratégias Pedagógicas Inclusivas

As estratégias pedagógicas inclusivas têm como objetivo garantir que todos os estudantes participem das atividades escolares de forma ativa e significativa. Para isso, é necessário considerar os diferentes ritmos, habilidades e formas de aprendizagem.

Diante disso, a adaptação curricular se destaca como uma prática essencial, pois permite a flexibilização de conteúdos, métodos, recursos e formas de avaliação. Essa adaptação não implica redução de aprendizagem, mas a criação de diferentes caminhos para que todos tenham acesso ao conhecimento.

As atividades lúdicas também desempenham papel importante no processo inclusivo, pois favorecem a interação, a criatividade e o desenvolvimento da autonomia, além de fortalecer as relações sociais. Jogos, dinâmicas e atividades interativas tornam o aprendizado mais dinâmico e significativo. Outro recurso relevante são as metodologias ativas, que colocam o estudante como protagonista do processo de aprendizagem. Essas metodologias incentivam a participação, o trabalho em grupo e a resolução de problemas, enquanto o professor atua como mediador do conhecimento.

Assim sendo,, os recursos pedagógicos adaptados e as tecnologias assistivas garantem maior acessibilidade, permitindo a participação de estudantes com necessidades específicas por meio de materiais concretos, recursos visuais, softwares educativos e instrumentos adaptados. Logo, essas estratégias tornam o ambiente escolar mais inclusivo, acessível e favorável ao desenvolvimento integral dos estudantes.

4.2 O Papel do Professor no Processo Inclusivo

O professor exerce papel central na efetivação da educação inclusiva, atuando como mediador do processo de ensino-aprendizagem e promovendo práticas que valorizem as diferenças e potencializam as capacidades dos estudantes. Nesse cenário, a mediação pedagógica é essencial para garantir a participação ativa dos alunos, exigindo do docente sensibilidade para identificar necessidades individuais e propor estratégias adequadas para o acesso ao

conhecimento.

A formação docente também é fundamental para a inclusão, pois possibilita o desenvolvimento de competências relacionadas às práticas pedagógicas inclusivas, acessibilidade e diversidade. A formação continuada contribui para a reflexão sobre a prática e para o aprimoramento das metodologias utilizadas em sala de aula. Vale lembrar que, ainda existem desafios significativos, como a falta de formação específica, a escassez de recursos pedagógicos, a superlotação das turmas e a presença de barreiras atitudinais. Esses fatores dificultam a efetivação de uma escola verdadeiramente inclusiva. Diante disso, o compromisso do professor com uma prática humanizada pode transformar o ambiente escolar, favorecendo o desenvolvimento acadêmico, social e emocional dos estudantes.

4.3 Atendimento Educacional Especializado e Sala de Recursos

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um importante suporte da educação inclusiva, responsável por oferecer apoio pedagógico complementar aos estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Esse atendimento ocorre, geralmente, na Sala de Recursos Multifuncional, ambiente equipado com materiais pedagógicos e tecnologias assistivas que auxiliam no desenvolvimento das habilidades dos estudantes. Nele, são realizadas atividades específicas voltadas às necessidades individuais, contribuindo para a autonomia, comunicação e aprendizagem. Os recursos utilizados no AEE incluem jogos pedagógicos, materiais concretos, softwares educativos e instrumentos de comunicação alternativa, ampliando a acessibilidade e a participação dos estudantes no ambiente escolar. Outro ponto importante é o acompanhamento individualizado, que permite identificar dificuldades específicas e planejar intervenções pedagógicas adequadas, em articulação com os professores da sala regular. Só assim, o AEE e a Sala de Recursos Multifuncional são fundamentais para garantir não apenas o acesso à escola, mas também a permanência, a participação e a aprendizagem significativa de todos os estudantes.

5. DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA REALIDADE ESCOLAR

Apesar dos avanços conquistados pelas políticas públicas e legislações voltadas à educação inclusiva, sua efetivação no cotidiano escolar ainda enfrenta inúmeros desafios. A construção de uma escola verdadeiramente inclusiva exige mudanças estruturais, pedagógicas e

atitudinais que garantam não apenas o acesso dos estudantes, mas também sua permanência, participação e aprendizagem significativa. Nesse contexto, muitas instituições de ensino ainda apresentam dificuldades para atender às necessidades dos estudantes com deficiência e outras necessidades educacionais específicas. Entre os principais desafios, destaca-se a insuficiência na formação dos profissionais da educação. Muitos professores não receberam, em sua formação inicial, preparação adequada para lidar com a diversidade presente em sala de aula, o que gera insegurança diante das demandas inclusivas. Soma-se a isso a ausência de formação continuada, que compromete o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais flexíveis e adaptadas às diferentes necessidades dos estudantes.

Ademais, é a falta de recursos pedagógicos e tecnológicos adequados. Muitas escolas não dispõem de materiais adaptados, tecnologias assistivas ou salas de recursos estruturadas, o que dificulta o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes com deficiência e compromete a acessibilidade e a participação plena nas atividades escolares.

Somando a isso, o preconceito e as barreiras atitudinais ainda representam desafios significativos. Em diversos contextos, estudantes com deficiência enfrentam discriminação, exclusão social e dificuldades de convivência, o que impacta diretamente sua autoestima, seu desenvolvimento emocional e seu desempenho acadêmico, tornando o ambiente escolar menos acolhedor e inclusivo. Sobretudo, as limitações estruturais das instituições de ensino também interferem na efetivação da inclusão. Muitas escolas ainda apresentam barreiras arquitetônicas, ausência de acessibilidade física e ambientes inadequados, como a falta de rampas, banheiros adaptados, sinalização acessível e mobiliário apropriado, o que restringe a autonomia e a participação dos alunos.

Diante desse cenário, torna-se evidente a necessidade de políticas públicas mais efetivas e comprometidas com a inclusão escolar. É fundamental investir na formação continuada dos professores, na ampliação de recursos pedagógicos, na acessibilidade das escolas e no fortalecimento do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Também se faz necessário promover ações de conscientização e valorização da diversidade, com o objetivo de combater preconceitos e consolidar uma cultura de respeito e inclusão. Ainda que a educação inclusiva representa um avanço significativo na garantia dos direitos educacionais, sua consolidação depende de esforços conjuntos entre escola, família, professores e poder público. Somente por meio de práticas pedagógicas humanizadas, investimentos adequados e compromisso social será possível construir uma educação verdadeiramente inclusiva, democrática e acessível a todos os estudantes.

6. CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DOS ESTUDANTES

A educação inclusiva desempenha um papel essencial no desenvolvimento integral dos estudantes, pois vai além da aprendizagem acadêmica, promovendo também o fortalecimento dos aspectos sociais, emocionais e humanos. Ao valorizar as diferenças e garantir a participação de todos, contribui para uma educação mais democrática, acolhedora e humanizada.

Nesse contexto, a escola inclusiva torna-se um espaço de oportunidades, no qual cada estudante pode desenvolver suas potencialidades respeitando seus ritmos, necessidades e formas de aprendizagem. Dessa forma, a inclusão ultrapassa o acesso à escola e se consolida como um compromisso com a formação integral do sujeito e com relações baseadas no respeito, na empatia e na valorização da diversidade. No campo cognitivo, práticas pedagógicas adaptadas, metodologias diversificadas e recursos acessíveis favorecem a participação ativa dos estudantes, ampliando a construção do conhecimento e tornando a aprendizagem mais significativa. Visto que, a convivência em ambientes inclusivos também fortalece a socialização, promovendo atitudes de cooperação, respeito e solidariedade. Esse contato com a diversidade contribui para relações mais saudáveis e para a construção de uma cultura de paz no ambiente escolar. Outro ponto relevante é o desenvolvimento da autonomia, já que a educação inclusiva estimula a independência, a participação e a tomada de decisões, permitindo que os estudantes reconheçam suas potencialidades e superem desafios com mais segurança. Vale lembrar que o ambiente inclusivo fortalece a autoestima e o desenvolvimento emocional, pois o acolhimento e o reconhecimento das capacidades individuais favorecem a confiança e o sentimento de pertencimento.

Nesse contexto, será preciso oferecer uma aprendizagem mais significativa ao considerar experiências e conhecimentos prévios dos estudantes, tornando o ensino mais contextualizado e motivador. Só assim, a educação inclusiva contribuirá de forma ampla para o desenvolvimento integral dos estudantes, promovendo não apenas avanços acadêmicos, mas também crescimento humano, social e emocional, sendo fundamental para a formação de sujeitos críticos, autônomos e participativos.

7. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa e de caráter descritivo,

tendo como objetivo compreender e analisar a importância da educação inclusiva na perspectiva da humanização do ensino, bem como suas contribuições para o desenvolvimento integral dos estudantes da Escola Municipal Rackel Gonsalves dos Santos.

A pesquisa qualitativa busca compreender o fenômeno educacional de forma aprofundada, considerando suas dimensões sociais, humanas e pedagógicas, sem o uso de dados numéricos. Nesse sentido, permite interpretar e refletir sobre as práticas pedagógicas inclusivas, os desafios presentes no cotidiano escolar e as contribuições da humanização do ensino para o processo de aprendizagem. Quanto ao caráter descritivo, o estudo tem como finalidade apresentar as características da educação inclusiva no contexto escolar, além de descrever as práticas pedagógicas utilizadas pelos professores e seus impactos no desenvolvimento dos estudantes. Esse tipo de pesquisa permite observar, registrar e analisar a realidade sem interferência direta do pesquisador, oferecendo uma visão mais ampla do fenômeno estudado. Em relação aos procedimentos técnicos, a pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica, baseada em livros, artigos científicos, legislações e documentos oficiais que tratam da educação inclusiva, da humanização do ensino e das práticas pedagógicas no contexto educacional. Foram utilizados autores que discutem a inclusão escolar e o desenvolvimento humano, além de importantes marcos legais, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Dessa forma, a metodologia adotada possibilita uma análise crítica e fundamentada da realidade da educação inclusiva, contribuindo para a compreensão dos desafios e das possibilidades existentes no ambiente escolar, especialmente no que se refere à construção de uma educação mais humanizada, inclusiva e voltada ao desenvolvimento integral dos estudantes.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das discussões desenvolvidas neste estudo, compreende-se que a educação inclusiva constitui um princípio essencial para a garantia do direito à educação, assegurando o acesso, a permanência e a participação de todos os estudantes no processo educativo, independentemente de suas condições físicas, cognitivas, sociais ou emocionais.

Nessa perspectiva, a humanização do ensino revela-se um elemento fundamental para a consolidação de práticas pedagógicas inclusivas, uma vez que favorece o acolhimento, o

respeito às diferenças e a valorização das singularidades dos educandos. Assim, o ambiente escolar passa a assumir um caráter mais democrático, afetivo e formativo, pautado em relações de diálogo, empatia e respeito mútuo.

Entretanto, observa-se que ainda existem desafios significativos para a efetivação da inclusão escolar, especialmente no que se refere à formação continuada dos professores, à insuficiência de recursos pedagógicos, às limitações estruturais das instituições de ensino e à persistência de barreiras atitudinais. Tais fatores impactam diretamente a consolidação de uma prática educativa verdadeiramente inclusiva, exigindo ações integradas entre escola, família e políticas públicas. Apesar dessas limitações, evidenciam-se contribuições relevantes das práticas pedagógicas inclusivas para o desenvolvimento dos educandos, com destaque para o fortalecimento da aprendizagem, da socialização, da autonomia, da autoestima e das competências socioemocionais. Nesse contexto, estratégias metodológicas diversificadas, metodologias ativas e o Atendimento Educacional Especializado constituem instrumentos fundamentais para ampliar as possibilidades de participação e aprendizagem.

Diante disso, reforça-se a necessidade de investimentos contínuos na formação docente, na melhoria da infraestrutura escolar e na ampliação de recursos pedagógicos e tecnológicos que assegurem condições adequadas de inclusão. Torna-se igualmente indispensável o fortalecimento de uma cultura escolar baseada na valorização da diversidade, no respeito às diferenças e no compromisso com a aprendizagem de todos. Assim, a educação humanizada configura-se como um importante instrumento de transformação social, capaz de promover não apenas o desenvolvimento acadêmico, mas também a formação de sujeitos críticos, autônomos e socialmente conscientes.

9. REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC, 2008.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília, DF: MEC, 2018.

- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo: Cortez, 2011.
- LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.
- PIAGET, Jean. A psicologia da inteligência. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.
- VYGOTSKY, Lev Semionovitch. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- WALLON, Henri. A evolução psicológica da criança. São Paulo: Martins Fontes, 2007.